

A ATUAÇÃO DOS ECOMUSEUS NA PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS: O CASO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, SÃO PAULO, BRASIL

Graziella Praça Orosco de Souza
Antonio Cezar Leal
Neide Barrocá Faccio

Resumo: O papel educativo da instituição museológica diz respeito à educação patrimonial e ambiental. O ecomuseu, por ter sido pensado dentro da perspectiva da Sociomuseologia, volta-se para questões territoriais e de inserção da comunidade moradora do assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, SP, com a missão de resgatar o patrimônio histórico, cultural e identificar o patrimônio natural da região. Assim, vêm sendo realizados trabalhos de identificação de sítios arqueológicos, catalogação de objetos resgatados pela própria comunidade e recuperação de diversos documentos e objetos representativos da ocupação daquele espaço. Por meio da gestão colaborativa, o ecomuseu busca contribuir por evidenciar a história e preservar o patrimônio regional ao propor ações educativas contribuam para o debate sobre a preservação de patrimônios naturais, democratizando os saberes culturais tradicionais.

Palavras-chave: Ecomuseu, sociomuseologia, educação patrimonial e ambiental, saberes culturais tradicionais.

The activity of ecomuseus in the preservation of natural heritage: the case of Mirante do Paranapanema, São Paulo, Brazil

Abstract: The educational role of the museological institution concerns heritage and environmental education. The ecomuseum, because it was thought from the perspective of Sociomuseology, turns to territorial issues and insertion of the resident community of the São Bento settlement, in the municipality of Mirante do Paranapanema, SP, with the mission of rescuing the historical, cultural and to identify the region's natural heritage. Thus, work has been carried out on identifying archaeological sites, cataloging objects rescued by the community itself and recovering various documents and objects representative of the occupation of that space. Through collaborative management, the ecomuseum seeks to contribute to highlighting history and preserving regional heritage by proposing educational actions to contribute to the debate on the preservation of natural heritage, democratizing traditional cultural knowledge.

Keywords: Ecomuseum, sociomuseologia, patrimonial and environmental education, traditional cultural knowledge.

La actuación de los ecomuseos en la preservación de patrimonios naturales: el caso de Mirante del Paranapanema, São Paulo, Brasil

Resumen: El papel educativo de la institución museológica se refiere a la educación patrimonial y ambiental. El ecomuseo, por haber sido pensado dentro de la perspectiva de la Sociomuseología, se vuelve hacia cuestiones territoriales y de inserción de la comunidad moradora del asentamiento São Bento, en el municipio de Mirante do Paranapanema, SP, con la misión de rescatar el patrimonio histórico, cultural y cultural identificar el patrimonio natural de la región. Así, se vienen realizando trabajos de identificación de sitios arqueológicos, catalogación de objetos rescatados por la propia comunidad y recuperación de diversos documentos y objetos representativos de la ocupación de aquel espacio. Por medio de la gestión colaborativa, el ecomuseo busca contribuir por evidenciar la historia y preservar el patrimonio regional al proponer acciones educativas contribuyan al debate sobre la preservación de patrimonios naturales, democratizando los saberes culturales tradicionales.

Palabras clave: Ecomuseo, sociomuseology, educación patrimonial y ambiental, saberes culturales tradicionales.

Introdução

Preservar o patrimônio histórico, cultural, natural, material e imaterial é objetivo das instituições museológicas. Para aquelas adeptas dos conceitos da nova museologia, pensar o patrimônio sob a perspectiva das populações tradicionais, demanda um novo olhar sobre o conceito de patrimônio e diferentes considerações sobre o que é representativo para sociedade.

É por meio do trabalho educativo que o museu socializa conhecimentos, ressaltando a importância do resgate e da preservação do patrimônio, valorizando tais conhecimentos e contribuindo com a formação das novas gerações.

O ecomuseu, por ser um museu dentro da perspectiva da Sociomuseologia, permite maior envolvimento com a comunidade, tratando das questões territoriais e socioambientais. A Sociomuseologia busca adequar as estruturas museológicas aos preceitos da sociedade contemporânea.

Conforme Moutinho, trata-se de:

uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviço e do Planejamento do Território (MOUTINHO, 2007, p. 1).

A gestão participativa, característica central desse modelo, deixa transparecer a necessidade de maior relacionamento entre a sociedade e o museu. Nesse modelo, muito além do que meras visitas, a comunidade atua ativamente nas decisões do museu, participando, inclusive, na elaboração do plano museológico.

Nessa perspectiva, este trabalho aborda a atuação do ecomuseu na proteção do patrimônio natural, refletindo como as discussões para sua criação no município de Mirante do Paranapanema, São Paulo, vêm contribuindo para o maior envolvimento da comunidade na preservação do patrimônio local.

Sociedade e meio natural: algumas considerações

A maneira como as sociedades se relacionam com o meio natural é fruto de um processo de apropriação despreocupada do ambiente, de seus recursos – tido como inesgotáveis no passado – e suas diversas riquezas. Considerado disponível e imutável, o ambiente natural foi, por muito tempo, expropriado pela espécie humana de maneira desordenada.

Em consequência disso, as sociedades atuais encontram-se no impasse crucial para a sua sobrevivência: a necessidade intensa de preservação ambiental e de estratégias de desenvolvimento mais sustentável. Assim, a maneira pela qual ocorre o relacionamento da sociedade com a natureza precisa mudar, se o objetivo for o de garantir o futuro das gerações.

Recentes pesquisas, como o Manifesto Ecomodernista, publicado em 2015, afirmam enfaticamente a questão, ao insistir que o espaço de vida da espécie humana é essencialmente o meio antropogênico, isto é, o espaço urbano no qual se inserem conteúdos de naturalidade.

Redigido por uma equipe de ambientalistas, o manifesto propõe que a maneira mais assertiva para a redução do impacto humano ao meio ambiente seria por meio da tecnologia e de inovações em todas as áreas, em especial na produção de alimentos, com a agricultura intensiva, além de uma organização social representada por cidades massivamente populosas.

O Manifesto Ecomodernista apresenta essa ideia por meio do conceito de Antropoceno, considerando o período mais recente na História do planeta, no qual as ações humanas passam a ter um impacto global expressivo no clima e no funcionamento dos ecossistemas. Esse conceito, já

presente no século XIX, foi repetidamente estudado durante o século XX por teóricos como Milton Santos e Genivaldo Freire Dias, entre outros, perspectiva a partir da qual pesquisas discutem a fragilidade do conceito de sustentabilidade e a questão do paradigma sustentável.

Sustentabilidade, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável são conceitos debatidos abertamente na mídia, em instituições educacionais, empresas, ONGs e demais segmentos da sociedade. Nesse sentido, ações socioeducativas surgem em diversas áreas, como possibilidade de conscientização e sensibilização da comunidade mundial acerca desses problemas, dentre os eles a educação ambiental e patrimonial em museus.

A educação ambiental e patrimonial no interior da instituição museológica, ao propor reflexão por meio de técnicas e práticas diferenciadas, promove uma ressignificação do conceito de meio ambiente, favorecendo a mudança de percepção em relação à questão ambiental e necessária da conservação dos recursos naturais. Nesse aspecto, as coleções e exposições temáticas organizadas pelas instituições museológicas apresentam fatores transdisciplinares e sistêmicos no aprendizado sobre o meio ambiente, e contextualização dos assuntos abordados nas exposições (GUEDES; SOARES; ANTONINI, 2013), contribuindo com a educação ambiental e patrimonial em espaços alternativos de educação.

Assim, a visita a um museu ou a uma exposição temática favorece o entendimento das questões ambientais, por meio do trabalho de sensibilização. Segundo Costa (2006, p. 63), “o cidadão é um ser responsável, individual e coletivamente, por seu presente e por seu futuro”, e para que essa construção de si ocorra, a sociedade “precisa reconhecer, respeitar e utilizar o patrimônio que o define em sua diferença e o inscreve numa continuidade”.

Entende-se, assim, que o desenvolvimento sustentável é reflexo da ação coletiva, resultante de um processo de desenvolvimento social e cultural. A educação ambiental e patrimonial favorece o relacionamento da sociedade com a natureza, buscando a preservação do patrimônio cultural e natural.

Patrimônios materiais, imateriais, culturais e naturais e sua preservação

O significado de patrimônio veio se alterando desde sua primeira designação no Império Romano onde, no âmbito do Direito, relacionava-se a bens herdados.

Como apontam Desvallées e Mairesse (2013), organizadores da publicação “Conceitos-chave da Museologia”, a partir da Revolução Francesa – e durante todo o século XIX –, o patrimônio passou a ser considerado sob a égide do ideal de valorização e preservação de monumentos históricos e, posteriormente, o conceito foi utilizado para designar as grandes construções arquitetônicas.

Para aqueles museólogos (2013), o conceito de bem cultural vem se modificando com o passar do tempo, tendo sido incluídos diversos elementos à noção de patrimônio, tais como os folclóricos, bibliográficos, documentais, ambientais, materiais e imateriais.

Em escavações arqueológicas foram encontrados diversos objetos que eram colecionados pelas populações pretéritas e que estavam organizados de acordo com critérios característicos. Tais descobertas traduzem o hábito do colecionismo e o apego da espécie humana aos bens materiais,

fato que veio a ser solidificado e legitimado nos museus, acervos e centros de memória, criados pelas diversas sociedades do mundo antigo e moderno (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Fato é que a noção de patrimônio sempre esteve presente no imaginário da espécie humana. Passando de geração a geração, o conhecimento do que deveria ser preservado como elemento que caracteriza uma identidade, configura-se, também, como noção de pertencimento a uma determinada sociedade ou local.

O patrimônio cultural imaterial, em específico, demanda o estudo de caráter mais verticalizado, no qual o conceito de patrimônio deve ser apreendido a partir dos relatos de uma determinada comunidade, mais relacionados a regionalidades e diz respeito à preservação da diversidade cultural. Essa análise mais subjetiva aponta para a necessidade de maior envolvimento da sociedade no que ela mesma considera um patrimônio que merece ser preservado.

Nesse ponto de vista, Desvallées e Mairesse (2013) afirmam que o patrimônio é tido como “um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74), motivo, pelo qual a necessidade do envolvimento do coletivo na escolha dos elementos que devem constituir o patrimônio, nos remete a Malinowski, ao afirmar que:

estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa estudar do estudo do homem (MALINOWSKI, 1978, p. 34).

No entanto, sem perder de vista a cientificidade necessária ao contexto, Peñalba afirma que “o conceito de patrimônio deve ser analisado a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, tendo em conta os diversos pontos de vista que oferecem cada uma das ciências que se dedicaram a este assunto” (2005, p. 180).

Pensar o patrimônio é pensar a sociedade e sua relação com a cultura e o meio natural. Como aponta Meneses (2009, p. 33), “o patrimônio é, antes de mais nada, um fato social”. Nesse sentido, Zanirato (2009, p. 137) ressalta que o patrimônio deve ser “compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente”. É por meio desses elementos que os grupos sociais identificam as marcas de sua identidade.

No que diz respeito ao patrimônio natural, Zanirato, analisa-o sob a ótica de diferentes valores:

Os elementos naturais, por sua vez, incluem as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético. O valor científico se encontra em áreas que contenham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento da história natural do planeta. A importância ecológica se aplica ao habitat de espécies em risco de extinção ou detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes. O valor estético é aquele que se expressa nas paisagens notáveis e de extraordinária beleza mundial ou em condição de exceção (ZANIRATO, 2009, p. 138).

Importa ressaltar que tais valores são atribuídos ao patrimônio natural, levando em consideração o olhar e as necessidades da sociedade; sendo assim, ações que valorizem a

preservação do patrimônio natural e cultural podem ser objeto de interesse no trabalho educativo dos museus.

A instituição museológica e sua importância para preservação patrimonial

A instituição museológica há muito deixou de ter o caráter de depósito de curiosidades e antiquário, para exercer uma função mais significativa e especializada na sociedade. A contribuição da museologia social vem sendo marcante por promover a discussão sobre a necessidade de valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, assim como do patrimônio natural. Dessa forma, o museu atua tanto no resgate da cultura de uma nação, quanto na preservação de seus recursos ambientais.

Estudos e práticas na perspectiva da Sociomuseologia são responsáveis por trazer ao museu o caráter comunitário, resgatando a memória socioambiental em ações de educação ambiental e patrimonial, promovidas por meio de seus acervos e exposições. Assim, o museu atual figura como um espaço formativo de discussão das questões da humanidade.

A educação patrimonial, ao tratar da importância da preservação de bens materiais e imateriais da humanidade, também tem o papel de abordar o relacionamento entre a sociedade e o meio ambiente. Nessa perspectiva, por meio do respeito às diferentes culturas, a educação patrimonial reafirma a importância dos valores cognitivos, afetivos e éticos em relação à questão ambiental.

A educação, em um contexto mais especificamente museológico, está ligada à mobilização de saberes, relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 39).

O surgimento da educação patrimonial no Brasil, semelhante ao da educação ambiental, partiu da preocupação de instituições e de intelectuais envolvidos com o assunto. A necessidade de ações educativas e a importância do caráter pedagógico já era mencionada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936. Mas os rumores desse pensamento se iniciaram anteriormente.

Em publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), percebe-se que a educação patrimonial passou a ser preocupação no país, a partir das reflexões provocadas pela Semana de Arte Moderna, de 1922. Intelectuais participantes do evento passaram a motivar a criação de um órgão federal que se dedicasse à preservação patrimonial. Em razão dessa demanda, Gustavo Capanema, que na época ocupava o cargo de Ministro da Educação, juntamente com o romancista Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, elaboraram um projeto para criação de um serviço de tombamento e preservação do patrimônio artístico e cultural nacional. A iniciativa constituiu o ponto de partida para uma série ações voltadas à educação patrimonial, sistematizadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Breve histórico da educação patrimonial no Brasil

Ano	Acontecimento
1936	Anteprojeto de criação do SPHAN redigido por Mário de Andrade e Gustavo Capanema. Perspectiva ampla da noção de patrimônio e interesse na promoção de ações educativas em museus.
1937-1967	Criação do IPHAN. As principais frentes educativas eram dadas pelo tombamento de exemplares da arquitetura civil, militar e vernacular e o incentivo a publicações.
1975	Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob o comando de Aloísio Magalhães. Atualização da discussão sobre o sentido da preservação e da ampliação e concepção de patrimônio.
1981	Criação do Projeto Interação, proposta de apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural.
1999	Publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial.
2004	Criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC). Primeira instância da área central do IPHAN voltada para a educação patrimonial.
2005	Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP). Reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do Iphan nas escolas, nos museus e em outros espaços sociais.
2008	Realização da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, quando, pela primeira vez, as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo.
2009	Realização do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE). Organização de mesas-redondas sobre educação patrimonial no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.
2011	II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP). Reunião para pactuar as diretrizes no campo de educação patrimonial e fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional. Parceria com o MEC e IPHAN para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do Programa Mais Educação, de Educação Integral.
2013	Realização do Encontro ProExt – Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural – Práticas e Reflexões em Ouro Preto (MG).

Fonte: IPHAN, 2014. Adaptação: Autores (2018).

Pode-se notar que o debate sobre educação patrimonial se consolidou com o passar dos anos e, atualmente, muitas são as iniciativas educacionais que visam à preservação do patrimônio nacional. De acordo com o IPHAN:

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

Zanirato corrobora para a questão da necessidade de uma educação patrimonial mais efetiva, ao dizer que:

As explicações para o escasso envolvimento da população brasileira com a conservação dos bens que configuram a memória e a história do país podem ser encontradas em dois campos. O primeiro diz respeito ao modo como foi instituída e divulgada uma compreensão sobre o patrimônio em nosso país. O segundo em uma ideologia de valorização da modernidade disseminada no social, que aquilata tudo aquilo que parece apregoar o progresso e rejeita outros signos entendidos como expressão do arcaico; entre esses as marcas do passado e da natureza (ZANIRATO, 2009, p. 140).

Pensando nesse estreitamento entre a instituição museológica e as questões sociais, o ecomuseu, por ter a característica de ser um museu dentro da perspectiva teórica da

Sociomuseologia, está voltado para as questões territoriais e de inserção com a comunidade do entorno do museu, ou seja, caracteriza-se por ser um museu comunitário, que exerce a função de contribuir com o desenvolvimento sustentável das sociedades, visando a fins educacionais e culturais.

O ecomuseu, da mesma forma que os espaços de memória, torna-se centro de referência cultural, que promove o desenvolvimento sustentável a várias futuras gerações as quais, por meio de suas coleções, terão a oportunidade de reconhecer sua história e cultura. Nesse sentido, Santos (2008, p. 5) aponta que “um dos maiores objetivos é criar um ambiente onde a população possa elaborar as próprias reflexões e ações práticas em torno do seu patrimônio cultural de vivência, reconhecendo a sua biografia”. Em outras palavras, o ecomuseu promove o resgate identitário e o reconhecimento histórico e cultural da comunidade em que está inserido.

A Declaração de Quebec, redigida em 1984, resume esta perspectiva:

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro (PRIMO, 1999, p. 1).

O termo “civilizações passadas” mencionado na Declaração de Quebec engloba, além dos acervos culturais mais recentes, também os achados arqueológicos. Os estudos arqueológicos e a divulgação dos vestígios encontrados têm papel fundamental para Sociomuseologia, uma vez que as coleções resgatadas nem sempre ficam acessíveis às comunidades. Assim, de acordo com Wichers:

Os milhares de vestígios advindos das pesquisas arqueológicas, agora definitivamente espalhadas por todo o Brasil, ganham sentido quando explorados a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, que visa à construção de uma nova prática social a partir de ações de preservação do patrimônio cultural (WICHERS, 2016, p. 39).

Por isso o termo “museologia ativa” bem caracteriza as novas experiências museológicas. Parafraseando Bruno (2006, p. 17), a “educação da memória” constitui uma das funções sociais do museu que, por meio da democratização das culturas populares pode combater a “amnésia cultural” estabelecida há tempos pelas forças dominantes. O resgate da história e identidade cultural são fins que o ecomuseu almeja alcançar.

Kaseker (2014), em sua pesquisa, refere-se ao museu de território, como um museu comunitário que abrange uma determinada região. Esse museu envolve em sua concepção questões de Ecomuseologia, englobando o conceito de território musealizável, incluindo o patrimônio (material, imaterial, natural). Para Kaseker, Sociomuseologia e Ecomuseologia situam-se:

no mesmo campo de significação no que diz respeito à compreensão da função social dos museus e à concepção de patrimônio cultural e natural composto por bens materiais e imateriais. As premissas museológicas da ecomuseologia, entretanto, englobam o conceito de território musealizável, incluindo o patrimônio natural e o caráter participativo da autogestão (KASEKER, 2014, p. 38).

Considerando o exposto, a missão do museu vem se reconstituindo por meio da aproximação de seu público e da valorização das culturas tradicionais. Ao falar das tendências educacionais em museus, Valente aponta que:

Espera-se [...] que as visitas aos museus contribuam para a alfabetização científica com uma dimensão cívica, ou seja, constituindo elemento de relevância social e que torne o cidadão apto a participar de forma informal dos debates político-sociais (VALENTE, 2002, p. 14).

Portanto, a participação popular mais efetiva e as novas características da instituição museológica enquanto facilitadora – e, por vezes, promotora – de ações voltadas ao desenvolvimento social e sustentável, demandam novas perspectivas em relação à função social do museu.

O ecomuseu em Mirante do Paranapenama, São Paulo

Esse ecomuseu vem se constituindo, tomando por base a característica oriunda da museologia social. Concebido pela demanda da comunidade em estar conhecendo e valorizando o patrimônio histórico, cultural e natural de sua região, a participação de integrantes da comunidade moradora do assentamento São Bento contribuiu para o sentimento de pertencimento, por meio da preservação da memória dessa comunidade tradicional.

A demanda foi levantada pela comunidade em uma reunião na sede do assentamento São Bento, da qual participaram pesquisadores da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, ocorrida em 2017. Nessa ocasião, o que se tinha em mente era resgatar a memória da comunidade moradora do assentamento, na tentativa de preservar conhecimentos para as futuras gerações.

No entanto, em visitas ao local, foi possível perceber a riqueza do patrimônio histórico e natural, a diversidade de paisagens, a presença de sítios arqueológicos e a riqueza de materiais possíveis de ser patrimoniados. Assim, as discussões culminaram com a criação de um ecomuseu a ter sua exposição de longa duração no Centro de Referência em Agroecologia (CRAPP), na sede da Fazenda São Bento.

A Fazenda São Bento possui 20 hectares de área comunitária, e foi desapropriada pelo processo de reforma agrária. Afigura-se como local propício para a instalação de um ecomuseu, por localizar-se em uma região que detém grande área de assentamentos da reforma agrária.

A região apresenta dois sítios arqueológicos Guarani, marcas na paisagem da luta pela terra anterior ao processo de reforma agrária e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) que incentivam a preservação ambiental.

Figura 1: Sítio arqueológico encontrado em área de plantio



Fonte: Autores, 2018.

A Figura 1 apresenta o sítio arqueológico encontrado em área de implementação de um SAF. Ao iniciar o plantio, o proprietário do lote relatou ter ficado impressionado com a quantidade de fragmentos de cerâmica, líticos lascados e artefatos em pedra polida. Comentou com os pesquisadores que as peças puderam ser encontradas durante o cercamento da área e o preparo da terra para o plantio. As peças coletadas foram encaminhadas ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG) da Unesp, onde passam por curadoria.

Figura 2: Sistema Agroflorestal (SAF)



Fonte: Autores, 2018.

A Figura 2 apresenta dois SAFs em diferentes estágios de produção. No primeiro, com dois anos e três meses, o produtor optou pelo consórcio de milho e café, juntamente com as árvores frutíferas. No entanto, informou que já foi possível o plantio para consumo próprio de tubérculos e leguminosas, como a batata-doce, o feijão-de-vara e o quiabo. No segundo SAF, já com 10 anos de implantado, as árvores frutíferas cresceram muito, o que está dificultando o crescimento do café e das demais culturas. Seria preciso uma poda sistemática das árvores. Como alternativa, o proprietário do lote decidiu cultivar abacaxi, que não demanda de insolação direta, além de investir em abelhas para produção de mel.

Os SAFs da região são todos acompanhados por técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o que vem auxiliando nos processos de implantação, insumos agroecológicos e venda da produção. Para o café, em específico, está sendo criado um selo orgânico para venda, e vêm sendo realizados experimentos para a produção do gourmet, o que deverá agregar valor significativo ao produto.

Quando se pensa em um território musealizável, tanto o sítio arqueológico quanto os SAFs implantados em diferentes níveis de desenvolvimento podem fazer parte do roteiro de visitas ao ecomuseu. Discussões com a comunidade vêm sendo realizadas visando estas possibilidades.

A criação do ecomuseu vem obedecendo a etapas previamente discutidas com a comunidade e a Unesp, por meio do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG). As etapas devem ser cumpridas durante os anos de 2018 e 2019, sendo descritas como:

1- Sensibilização: em visitas ao assentamento foi realizado o trabalho de sensibilização com a comunidade, a fim de identificar bens e artefatos arqueológicos a serem patrimoniados e a definição do que será exposto no CRAPP. A unidade escolar do assentamento vem sendo ponto de encontro para a realização dessa etapa.

2- Curadoria, inventário e catalogação de achados arqueológicos que estão em posse da comunidade: desde a formação do assentamento, a comunidade vem coletando e guardando peças arqueológicas encontradas nos lotes. A ação realizada objetivou fazer a curadoria de 100 peças, preparando as mais representativas para exposição.

3- Memória e história do assentamento: por meio da história oral, foi possível reconstruir a história do assentamento em encontros com os moradores mais antigos que deram seus depoimentos, cujo material foi formatado para compor os painéis da exposição.

4- Sistematização da informação: foi criado um banco de dados com a documentação museológica produzida para salvaguarda e consultas posteriores.

5- Exposição: está sendo organizada uma exposição aberta à visitação pública gratuita, composta por painéis contendo o histórico de formação do assentamento, além de vitrines, contendo peças arqueológicas – líticos polidos e lascados, fragmentos de cerâmica guarani e kaingang –, preparadas para essa finalidade.

6- Material didático digital: foi produzido material com conteúdo sobre a exposição e sua coleção, bem como sobre a história do assentamento e sua formação.

Ações educativas, como capacitação aos professores realizada durante o mês de maio de 2018, e oficinas gratuitas de educação patrimonial foram preparadas. A Diretoria de Ensino da região de Mirante do Paranapanema vem apoiando as ações, mobilizando professores para participarem de todo esse processo educativo.

Como pode ser observado, algumas ações se encontram em desenvolvimento e, em sua maioria, contam com a efetiva participação da comunidade assentada. Com a ampla promoção de cursos voltados à agroindústria, em especial a canavieira, e o decorrente desinteresse de muitos jovens em trabalhar nas propriedades familiares, a esperança da comunidade envolvida com o projeto é a de que o ecomuseu possa resgatar a história e a cultura camponesas, promovendo a valorização do patrimônio histórico e cultural presentes no território do Pontal do Paranapanema.

Considerações finais

O conceito de sustentabilidade não deve apoiar-se apenas na dimensão ecológica. Aspectos institucionais, econômicos e sociais também são parâmetros que ajudam a avaliar a sustentabilidade, enquanto possibilidade de produção de bens e riquezas, de modo a não comprometer sua produção

e garantir condições de vida no planeta. Fato é que o conceito de sustentabilidade, normalmente é compreendido pelo viés puramente econômico, tornando-se necessário, considerar as outras dimensões, para que se possa pensar em desenvolvimento mais sustentável para todas as espécies, inclusive a humana.

Nesse sentido, o trabalho educativo proposto pela instituição museológica pode contribuir para o debate, ao tratar dos problemas da sociedade e democratizar conhecimentos atuais. O ecomuseu, em específico, ao promover o debate em âmbito regional e local, dá voz à comunidade diretamente envolvida com o patrimônio histórico cultural e natural, por meio da gestão participativa, que promove o envolvimento nas escolhas do que ali se deve ou não expor e representar, e nas decisões relativas ao patrimônio histórico, cultural e natural da região.

As ações para a constituição do ecomuseu no município de Mirante do Paranapanema, São Paulo, estão em andamento, mas já foi possível constatar a importância daquele espaço para os moradores do assentamento São Bento. Refletir sobre a história do lugar fez com que o sentimento de pertencimento aflorasse, e a necessidade de garantir que o conhecimento não se perdesse foi um dos motivos pelos quais a universidade fosse envolvida no processo.

A educação patrimonial e ambiental torna-se necessária para que a própria comunidade conheça e valorize o patrimônio da região. Desse modo, a instituição museológica, ao promover ações educativas que envolvam a preservação patrimonial, também contribui para valorização do ambiente natural e estimula a responsabilidade social na busca por estratégias de desenvolvimento mais sustentável.

Referências

- ASAFU-ADJAYE, John et al. An ecomodernist manifesto. *Ecomodernist*. Disponível em: <<http://www.ecomodernism.org/manifesto/>>. Acesso em: 19 maio 2015.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 25, p. 5-20, 2006.
- COSTA, Evanise Pascoa (Org.). *Princípios básicos da museologia*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenação do Sistema Estadual de Museus, 2006.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013.
- GUEDES, Valdir Lamim; SOARES, Natália Costa; ANTONINI, Yasmine. *Papel dos museus universitários no processo de tomada de consciência ambiental*. Disponível em: <<http://www.proec.ufla.br/conex/ivconex/arquivos/trabalhos/a89.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.
- KASEKER, Davidson Panis. *Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)*. 286f. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. *Anais...* Ouro Preto, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2009, p. 25-39.
- MOUTINHO, Mário Canova. Definição evolução de Sociomuseologia. Proposta para reflexão. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 28, n. 28, p. 1-22, 2007.

PEÑALBA, Josué Llull. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. *Arte, individuo y sociedad*, v. 17, p. 177-206, 2005.

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 189-191, 1999.

SANTOS, Rosária Margarida Fernandes Morais. *Espaços de Memória em Mação, construção socialmente participativa de perspectivas da cultura material*. Instituto Politécnico de Tomar. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal, 2008.

VALENTE, Maria Ester Alvarez. A educação em Ciências e os museus de Ciências. *Caderno do Museu da Vida*. O formal e o não formal na dimensão educativa do museu. Rio de Janeiro: Museu da Vida, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2002.

WALDMAN, Maurício; MARQUES, Tadeu Alcides. *Manifesto Eco Modernista*. Presidente Prudente: Editora Kotev, 2015.

WICHERS, Camila Moraes. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7, p. 31-56, jun. 2016.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *Patrimônio e Memória*, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.

Recebido em: out. 2018.

Aceito em: nov. 2018.

Graziella Praça Orosco de Souza: Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Oeste Paulista. E-mail: grazaorosco@gmail.com

Antonio Cezar Leal: Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado Profissional), e do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos da Universidade Estadual Paulista. E-mail: cezar@fct.com.br

Neide Barrocá Faccio: Pós-Doutora na área de paisagem e território junto ao Instituto Politécnico de Tomar. Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Docente no Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: nfaccio@terra.com.br